

Pablo Stolze
Salomão Viana

Manual da **SENTENÇA CÍVEL**

2019

saraiva  jur

ISBN 978-85-536-1070-9

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057**saraiva**
EDUCAÇÃOAv. das Nações Unidas, 7.221, 1º andar, Setor B
Pinheiros – São Paulo – SP – CEP 05425-902**SAC**

0800-0117875

De 2ª a 6ª, das 8h às 18h

www.editorasaraiva.com.br/contato

Direção executiva Flávia Alves Bravin
Direção editorial Renata Pascual Müller
Gerência editorial Roberto Navarro
Gerência de produção Ana Paula Santos Matos

Consultoria acadêmica Murilo Angeli Dias dos Santos

Edição Eveline Gonçalves Denardi (coord.)
Aline Darcy Flôr de Souza

Produção editorial Luciana Cordeiro Shirakawa
Rosana Peroni Fazolari

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Claudirene de Moura Santos Silva
Fernanda Matajs
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa
Verônica Pivisan Reis

Planejamento e processos Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Juliana Bojczuk Fermino
Kelli Priscila Pinto
Marília Cordeiro
Fernando Penteado (coord.)
Mônica Gonçalves Dias
Tatiana dos Santos Romão

Novos projetos Melissa Rodriguez Arnal da Silva Leite

Diagramação e revisão Know-How Editorial

Capa Tiago Dela Rosa
Produção gráfica Marli Rampim
Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento EGB Editora Gráfica Bernardi Ltda.

Stolze, Pablo

Manual da sentença cível / Pablo Stolze e Salomão Viana. –
1. ed. – São Paulo : Saraiva Educação, 2019.1. Direito civil 2. Sentenças (Processo civil) - Brasil - Manuais,
guias, etc. 3. Tutela I. Título II. Viana, Salomão

19-0251

CDU 347.95(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito civil : Sentenças 347.95(81)

Data de fechamento da edição: 19-2-2019Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direitoNenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por
qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora
Saraiva. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido
na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL : 605472 CAE 631478



SUMÁRIO

Prefácio	7
Apresentação.....	9
Nota dos autores	11

CAPÍTULO I

O foco desta obra.....	29
1. Sentença e tutela definitiva	29
2. Decisão interlocutória e tutela definitiva.....	29
2.1 Inadmissibilidade parcial do exame do mérito da causa	30
2.2 Resolução parcial do mérito da causa	30
3. Os atos decisórios que nos interessam	31

CAPÍTULO II

Aspectos redacionais gerais.....	33
1. Considerações iniciais.....	33
2. Necessidade de exercícios práticos.....	34
3. Relação entre a redação de decisões judiciais e a redação de textos em geral	35
4. Clareza, coerência e congruência dos textos em geral.....	35
5. Clareza, coerência e congruência das decisões judiciais	37
6. Cuidados específicos	39
6.1 Estabelecimento de limite no aprofundamento de discussão sobre teses doutrinárias	39
6.2 Impropriedade do uso da decisão judicial para expressão de opiniões pessoais.....	40
6.2.1 Concordâncias ou discordâncias com políticas de governo.....	41
6.2.2 Manifestações críticas a respeito de situações discutidas em redes sociais	42
6.3 Utilização de linguagem assertiva	42
6.4 Escolha da pessoa gramatical a ser usada para designar o magistrado que está praticando o ato	43
6.4.1 Uso da primeira pessoa do singular.....	45
6.4.2 Uso da primeira pessoa do plural.....	45
6.4.3 Uso de verbos nas formas nominais	46
6.4.4 Nossa opção.....	47

MANUAL DA SENTENÇA CÍVEL

CAPÍTULO III

Formas de aludir aos diversos sujeitos do processo.....	49
1. Considerações iniciais.....	49
2. Magistrado que, em dado momento, dirigiu o processo	50
3. Membro de tribunal.....	51
4. Ministério Público, como fiscal da ordem jurídica.....	52
5. Defensoria Pública, como representante judicial da parte ou como curadora especial	53
6. Advogado, público ou privado, como representante judicial da parte	54
7. Partes processuais principais da demanda originária.....	55
7.1 Parte autora/parte ré, autor/réu, demandante/demandado.....	57
7.2 Acionante/acionado	59
7.3 Requerente/requerido	59
7.4 Ministério Público e Defensoria Pública atuando como parte e advogado agindo em causa própria	60
7.5 Exequente/executado, credor/devedor.....	60
7.6 Parte embargante/parte embargada, embargante/embargado	62
7.7 Partes processuais principais no mandado de segurança.....	63
7.8 Existência de litisconsórcio	66
7.9 Alteração ou ampliação subjetiva do processo em razão de alegação da parte ré.....	66
8. Reconvenção.....	67
9. Intervenção de terceiros	69
9.1 Assistência.....	70
9.2 Denúnciação da lide	70
9.2.1 Denúnciação por apenas uma das partes.....	71
9.2.2 Denúnciação por ambas as partes	71
9.2.3 Denúnciação sucessiva.....	72
9.3 Chamamento ao processo.....	73
9.4 Incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	74
9.5 <i>Amicus curiae</i>	75

CAPÍTULO IV

Leitura dos autos.....	77
------------------------	----

CAPÍTULO V

Identificação e coleta dos dados úteis	81
1. Consideração introdutória	81
2. Apreensão das informações.....	82
3. Dados indispensáveis para a elaboração de qualquer decisão judicial	83
3.1 Dados concernentes aos elementos da demanda	84
3.1.1 Singularidade dos elementos da demanda.....	84
3.1.1.1 Peculiaridade relativa à causa de pedir.....	84
3.1.1.2 Possibilidade de decomposição do pedido.....	85

3.1.2	Multiplicidade de elementos da demanda	86
3.1.2.1	Cumulação subjetiva.....	86
3.1.2.2	Cumulação objetiva.....	87
3.1.2.3	Cumulações decorrentes da propositura de demanda incidental.....	87
3.2	Dados concernentes aos fundamentos da defesa.....	88
3.2.1	Divisão prática dos fundamentos da defesa	88
3.2.2	Relação entre fundamentos formais e fundamentos relativos ao mérito da causa.....	89
3.3	Roteiro prático para verificação dos dados colhidos, concernentes aos elementos da demanda e aos fundamentos da defesa	90
3.3.1	Petição inicial sem multiplicidade de elementos da demanda	91
3.3.2	Petição inicial com multiplicidade de elementos da demanda.....	92
3.3.2.1	Multiplicidade de autores e de réus	92
3.3.2.2	Multiplicidade de autores e de pedidos.....	92
3.3.2.3	Multiplicidade de autores e de causas de pedir.....	93
3.3.2.4	Multiplicidade de réus e de pedidos	93
3.3.2.5	Multiplicidade de réus e de causas de pedir	94
3.3.2.6	Multiplicidade de pedidos e de causas de pedir.....	94
3.3.3	Fundamentos da defesa nos casos em que não houver multiplicidade de elementos da demanda	95
3.3.4	Fundamentos da defesa nos casos em que houver multiplicidade de elementos da demanda.....	96
4.	Dados relativos a matérias que devem ser conhecidas de ofício	97
4.1	Matérias de natureza formal.....	98
4.2	Matérias relativas ao mérito.....	103
5.	Dados referentes ao fator tempo	105
6.	dados alusivos a questões que já deveriam ter sido resolvidas	107
6.1	Questões com aptidão para impedir o imediato proferimento da sentença..	107
6.2	Questões sem aptidão para impedir o imediato proferimento da sentença	109
7.	Dados atinentes a outras ocorrências importantes	109

CAPÍTULO VI

Divisão dos dados úteis: questões formais e questões relativas ao mérito da causa	115
1. Aspectos gerais	115
2. Forma: mentalmente ou por meio de anotações	116
3. Percepção da existência de subordinação entre questões	117
4. Questões suscitadas pelas partes e questões suscitadas de ofício	118
5. Critério prático para identificação das questões relativas ao mérito da causa	118
6. Improriedade do vínculo entre resolução de questão de mérito e aplicação exclusiva de normas de Direito Material	120
7. Vínculo entre resolução de questão formal e aplicação de normas de direito processual	121
8. Rol das questões formais	121

MANUAL DA SENTENÇA CÍVEL

9.	Rol das questões relativas ao mérito da causa.....	124
9.1	Questões específicas do caso concreto.....	125
9.2	Questões inespecíficas, referentes a matérias que o juiz deve conhecer de ofício.....	126

CAPÍTULO VII

	A questão está suficientemente madura para resolução?.....	129
1.	Consideração introdutória.....	129
2.	Roteiros práticos.....	130
3.	Resolução de questões antes da citação ou do comparecimento espontâneo da parte ré ao processo.....	131
3.1	Questões formais que não versam sobre defeito processual.....	131
3.1.1	Questões relativas ao falecimento de qualquer das partes, depois da propositura da demanda.....	132
3.1.1.1	Intransmissibilidade do direito sob discussão.....	134
3.1.1.2	Transmissibilidade do direito sob discussão.....	136
3.1.1.2.1	Falecimento da parte autora.....	136
3.1.1.2.2	Falecimento da parte ré.....	139
3.1.2	Questões relativas ao falecimento do advogado da parte autora.....	141
3.1.3	Questões relativas à renúncia do advogado da parte autora.....	142
3.1.4	Questões relativas a abandono do processo.....	145
3.1.5	Questões relativas à desistência da demanda.....	146
3.2	Questões formais que versam sobre defeito processual.....	147
3.2.1	Defeito sanável.....	147
3.2.1.1	Tema debatido previamente pela parte autora.....	148
3.2.1.1.1	Apresentação, pela parte autora, de fundamentos convincentes.....	148
3.2.1.1.2	Apresentação, pela parte autora, de fundamentos inconvincentes.....	150
3.2.1.2	Tema não debatido previamente pela parte autora.....	152
3.2.1.2.1	Exercício prévio do direito ao contraditório.....	153
3.2.1.2.2	Desnecessidade de exercício prévio do direito ao contraditório.....	154
3.2.2	Defeito insanável.....	154
3.2.2.1	Tema debatido previamente pela parte autora.....	155
3.2.2.1.1	Apresentação, pela parte autora, de fundamentos convincentes.....	155
3.2.2.1.2	Apresentação, pela parte autora, de fundamentos inconvincentes.....	156
3.2.2.2	Tema não debatido previamente pela parte autora.....	157
3.2.2.2.1	Exercício prévio do direito ao contraditório.....	157
3.2.2.2.2	Diferimento do exercício do direito ao contraditório.....	158
3.3	Questões relativas ao mérito da causa.....	160
3.3.1	Tema debatido previamente pela parte autora.....	161

3.3.1.1	Apresentação, pela parte autora, de fundamentos convincentes.....	161
3.3.1.2	Apresentação, pela parte autora, de fundamentos inconvincentes.....	162
3.3.2	Tema não debatido previamente pela parte autora	164
3.3.2.1	Exercício prévio do direito ao contraditório.....	164
3.3.2.2	Diferimento do exercício do direito ao contraditório.....	165
4.	Resolução de questões depois da citação ou do comparecimento espontâneo da parte ré ao processo	167
4.1	Questões formais que não versam sobre defeito processual.....	168
4.1.1	Questões relativas ao falecimento de qualquer das partes, depois da propositura da demanda	169
4.1.1.1	Intransmissibilidade do direito sob discussão	170
4.1.1.2	Transmissibilidade do direito sob discussão.....	172
4.1.1.2.1	Falecimento da parte autora	172
4.1.1.2.2	Falecimento da parte ré.....	175
4.1.2	Questões relativas ao falecimento do advogado de qualquer das partes	176
4.1.2.1	Falta de constituição de novo advogado pela parte autora..	177
4.1.2.2	Falta de constituição de novo advogado pela parte ré.....	179
4.1.3	Questões relativas à renúncia do advogado de qualquer das partes	180
4.1.4	Questões relativas a abandono do processo pela parte autora.....	182
4.1.5	Questões relativas a abandono do processo por ambas as partes....	184
4.1.6	Questões relativas à desistência da demanda	185
4.2	Questões formais que versam sobre defeito processual.....	187
4.2.1	Suscitação por uma das partes.....	187
4.2.1.1	Exercício prévio do direito ao contraditório.....	188
4.2.1.1.1	Tema debatido previamente pela parte contrária	188
4.2.1.1.2	Tema não debatido previamente pela parte contrária.....	189
4.2.1.2	Desnecessidade de prévia manifestação	190
4.2.1.2.1	Percepção de que a questão será resolvida em favor da parte que se manifestaria	191
4.2.1.2.2	Percepção de que pode ser imediatamente proferida decisão de mérito favorável à parte que suscitou a questão.....	192
4.2.2	Suscitação de ofício, pelo juiz.....	193
4.2.2.1	Exercício prévio do direito ao contraditório por ambas as partes.....	194
4.2.2.2	Exercício prévio do direito ao contraditório apenas pela parte que pode vir a ser prejudicada pela decisão	196
4.2.2.2.1	Tema debatido previamente	196
4.2.2.2.2	Tema não debatido previamente	197
4.2.2.3	Abertura de oportunidade para prévia manifestação da parte beneficiada pela suscitação da questão	198
4.2.2.4	Desnecessidade de exercício prévio do direito ao contraditório	199

MANUAL DA SENTENÇA CÍVEL

4.3	Questões relativas ao mérito da causa	200
4.3.1	Suscitação por uma das partes.....	200
4.3.2	Suscitação de ofício, pelo juiz.....	202
4.3.2.1	Exercício prévio do direito ao contraditório por ambas as partes.....	203
4.3.2.2	Exercício prévio do direito ao contraditório apenas pela parte que pode vir a ser prejudicada pela decisão	204
4.3.2.2.1	Tema debatido previamente.....	205
4.3.2.2.2	Tema não debatido previamente	205

CAPÍTULO VIII

	Organização da sequência de resolução das questões.....	207
1.	Necessidade de utilização de um roteiro para resolução das questões	207
2.	Relação de subordinação entre questões formais.....	208
3.	Relação de subordinação entre questões relativas ao mérito da causa.....	208
4.	Relação de subordinação entre questões formais e questões relativas ao mérito da causa	209
5.	Reflexos do princípio da primazia da decisão de mérito	209
6.	Avaliação dos efeitos decorrentes da resolução de questões subordinantes com aptidão para impedir o exame de questões de mérito.....	215
7.	Possibilidade de que remanesçam questões não subordinadas	218
8.	Existência de questão subordinante anteriormente resolvida	221
9.	Momento para resolução das questões.....	221

CAPÍTULO IX

	Início da elaboração da sentença: inserção de dados preambulares	223
1.	Considerações iniciais.....	223
2.	Cabeçalho	224
2.1	Identificação do órgão julgador	226
2.1.1	Juízo de Direito.....	226
2.1.2	Juízo federal.....	227
2.1.3	Inserção do nome do magistrado	230
2.2	Indicação do número dos autos	232
2.2.1	Distinção entre número do processo e número dos autos	233
2.2.2	Diferença entre formação de novos autos e abertura de novo volume de autos.....	234
2.2.3	Local, no ato decisório, da indicação do número dos autos	234
2.3	Indicação do tipo de procedimento no qual o ato decisório está sendo praticado	235
2.3.1	Uso do termo “ação” na acepção de “procedimento”	235
2.3.2	Indicação, pela parte autora, de um procedimento em vez de outro.....	237
2.3.3	Existência de normas administrativas que designam o procedimento de modo inadequado	237
2.4	Indicação dos nomes dos principais sujeitos interessados	239
2.4.1	Existência de litisconsórcio	240

2.4.2	Alteração ou ampliação subjetiva do processo em razão de alegação da parte ré.....	241
2.4.3	Reconvenção.....	242
2.4.4	Intervenção de terceiros	246
2.4.4.1	Assistência.....	246
2.4.4.2	Denúnciação da lide	247
2.4.4.3	Chamamento ao processo	250
2.4.4.4	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	251
2.4.4.5	<i>Amicus curiae</i>	252
2.4.5	Mandado de segurança.....	253
2.4.6	Embargos à execução	255
3.	Denominação do ato: “sentença” ou “decisão”	255
4.	Ementa.....	257
5.	Expressão “vistos etc.”	259

CAPÍTULO X

	Elaboração do relatório: aspectos gerais.....	261
1.	Funções.....	261
1.1	Função interna ou endoprocessual.....	261
1.2	Funções externas ou exoprocessuais.....	262
2.	Indispensabilidade	262
2.1	Base legal	263
2.2	“Dispensa” legal.....	265
2.3	Efeitos da falta de relatório formal.....	268
3.	Relação com o sistema de precedentes judiciais.....	269
4.	Relação com a fundamentação e com o dispositivo.....	270
5.	Aspectos redacionais específicos.....	270
5.1	Narração fiel do conjunto de fatos, sem tomadas de posição	271
5.2	Maior ou menor destaque, de acordo com a importância do fato	272
5.3	Sequência cronológica dos fatos ocorridos dentro dos autos.....	274
6.	Situações com potencial para dificultar a elaboração do relatório e sugestões para lidar com elas	274
6.1	Peças postulatórias de conteúdo extenso.....	275
6.2	Imperfeições em peças postulatórias de conteúdo importante.....	275
6.3	Constatação de que a sequência de fatos dentro do processo não retrata a ordem cronológica dos fatos ocorridos fora do processo.....	276

CAPÍTULO XI

	Elaboração do relatório: conteúdo da petição inicial	279
1.	Considerações iniciais.....	279
2.	Primeiro parágrafo: nomes das partes, procedimento e outros (poucos) dados	280
2.1	Nomes das partes.....	281
2.1.1	Existência de litisconsórcio	281
2.1.2	Superveniente alteração, redução ou ampliação subjetiva do processo	282
2.1.3	Desnecessidade de indicação dos dados qualificativos das partes... ..	283

MANUAL DA SENTENÇA CÍVEL

2.2	Procedimento a que está submetida a demanda proposta	285
2.2.1	Usado do termo “ação” na acepção de “procedimento”	285
2.2.2	Indicação, pela parte autora, de um procedimento em vez de outro.....	288
2.2.3	Embargos à execução	289
2.2.4	Mandado de segurança.....	291
2.3	Outras informações eventualmente úteis, relativas à apresentação ou ao conteúdo da petição inicial.....	291
2.3.1	Data da apresentação da petição inicial.....	292
2.3.2	Requerimento de distribuição da petição inicial para determinado juízo.....	292
2.3.3	Distribuição da petição inicial para certo juízo, se ocorreu posterior redistribuição do processo	294
2.3.4	Pleito de concessão dos benefícios da gratuidade da justiça.....	295
2.3.5	Pleito de atribuição de prioridade na tramitação do processo.....	296
3.	Segundo parágrafo e parágrafos imediatamente seguintes: causas de pedir remota e próxima.....	297
4.	Encerramento.....	299
4.1	Requerimentos diversos	300
4.2	Manifestação de desinteresse na autocomposição.....	301
4.3	Pleito de concessão de tutela provisória	302
4.4	Pedido.....	306
5.	Constatação de que existem pleitos que deveriam ter sido examinados antes do momento do proferimento da sentença.....	308

CAPÍTULO XII

Elaboração do relatório: depois da petição inicial e antes da resposta do réu		311
1.	Considerações iniciais.....	311
2.	Decisão sobre eventuais requerimentos contidos na petição inicial	311
2.1	Benefícios da gratuidade da justiça.....	312
2.2	Prioridade na tramitação do processo	315
2.3	Tutela provisória	316
3.	Data da ordem de citação	319
4.	Citação	320
4.1	Data da ocorrência	321
4.2	Citação para comparecer à audiência de conciliação ou de mediação.....	323
4.3	Citação para apresentar contestação.....	324
5.	Audiência de conciliação ou de mediação	324
5.1	Cancelamento da audiência.....	325
5.2	Realização da audiência, sem autocomposição	326
5.3	Realização da audiência, com autocomposição.....	327

CAPÍTULO XIII

Elaboração do relatório: conteúdo da resposta do réu.....		329
1.	Formas de resposta	329

2. Uso da ordem cronológica.....	330
3. Contestação.....	331
3.1 Alegações feitas “preliminarmente”.....	331
3.2 Pleito de concessão dos benefícios da gratuidade da justiça.....	333
3.3 Alegações relativas à admissibilidade do exame do mérito.....	334
3.4 Alegações de mérito.....	335
3.5 Encerramento.....	337
3.5.1 Requerimentos diversos.....	337
3.5.2 Conclusão.....	339

CAPÍTULO XIV

Elaboração do relatório: depois da resposta do réu até a conclusão dos autos para proferimento da sentença.....	343
1. Considerações iniciais.....	343
2. Decisão sobre eventuais requerimentos.....	344
3. Pleito de concessão, ao réu, dos benefícios da gratuidade da justiça.....	344
4. Réplica e outras providências preliminares.....	347
4.1 Réplica.....	347
4.2 Outras providências preliminares.....	349
4.2.1 No caso de não haver sido apresentada contestação.....	349
4.2.2 No caso de haver sido apresentada contestação.....	354
4.2.3 Independentemente de haver sido apresentada contestação.....	355
5. Julgamento conforme o estado do processo.....	357
5.1 Extinção do processo sem resolução do mérito.....	358
5.2 Inadmissibilidade parcial do exame do mérito da causa.....	359
5.3 Extinção do processo por homologação de autocomposição.....	361
5.4 Homologação de autocomposição que verse sobre parcela do processo.....	362
5.5 Extinção do processo por reconhecimento da ocorrência de prescrição ou de decadência.....	363
5.6 Reconhecimento da ocorrência de prescrição ou de decadência relativamente a uma parcela do processo.....	364
5.7 Julgamento imediato do mérito da causa.....	365
5.8 Julgamento parcial do mérito da causa.....	367
5.9 Saneamento e organização do processo.....	368
6. Audiência de instrução e julgamento.....	370
7. Encerramento.....	372

CAPÍTULO XV

Elaboração da fundamentação: aspectos gerais.....	373
1. Funções.....	373
1.1 Função interna ou endoprocessual.....	373
1.2 Funções externas ou exoprocessuais.....	375
2. Indispensabilidade.....	375
3. Relação com o relatório e com o dispositivo.....	376

MANUAL DA SENTENÇA CÍVEL

4.	Concentração em trecho específico do ato decisório.....	376
4.1	Existência de fundamentação em outros capítulos do ato decisório	377
4.2	Efeitos da falta de um capítulo formalmente dedicado à fundamentação ..	377
5.	Aspectos redacionais específicos.....	378
6.	Conteúdo.....	379
6.1	Análise da questão principal.....	379
6.2	Análise e resolução das questões incidentais.....	380
7.	Sequência lógica de resolução das questões	381

CAPÍTULO XVI

	Elaboração da fundamentação: questões relativas a impedimento e a suspeição do magistrado	383
1.	Relação de subordinação com outras questões.....	384
2.	Possibilidade de a existência da questão ser percebida no momento de prestar a tutela definitiva.....	385
2.1	Indeferimento da petição inicial ou improcedência liminar do pedido	385
2.2	Magistrado que passa a atuar num processo já em curso.....	386
3.	Efeitos principais do impedimento e da suspeição	386
4.	Possibilidade de o impedimento ou a suspeição atingir apenas parcela do processo.....	388

CAPÍTULO XVII

	Elaboração da fundamentação: questões relativas a erro na distribuição da petição inicial.....	393
1.	Relação de subordinação com outras questões.....	394
2.	Possibilidade de a existência da questão ser percebida no momento de prestar a tutela definitiva.....	395
3.	Natureza administrativa do ato de distribuição.....	396
4.	Distinção entre questão sobre erro na distribuição da petição inicial e questão sobre competência do juízo.....	397
5.	Hipóteses de erro na distribuição da petição inicial	399
5.1	Distribuição para juízo distinto daquele indicado pela parte autora	400
5.2	Distribuição para juízo que não integra o universo dos juízos indicados pela parte autora	401
5.3	Distribuição aleatória, em vez de por dependência.....	403
5.4	Distribuição por dependência, em vez de aleatória.....	403
6.	Relação com questão referente a tutela provisória de urgência	405

CAPÍTULO XVIII

	Elaboração da fundamentação: questões que repercutem na competência do juízo.....	407
1.	Relação de subordinação com outras questões.....	408
1.1	Simultaneidade com questão relativa a tutela provisória de urgência.....	409

1.2	Reflexos da adoção da <i>translatio iudicii</i>	410
2.	Possibilidade de a existência da questão ser percebida no momento de prestar a tutela definitiva.....	411
3.	Tempo e forma de surgimento da questão.....	413
3.1	Incompetência absoluta	413
3.2	Incompetência relativa	415
3.3	Cláusula de eleição de foro abusiva	416
3.4	<i>Perpetuatio jurisdictionis</i>	418
3.4.1	Exceções à regra da “perpetuação da jurisdição”	418
3.4.2	“Perpetuação da jurisdição” e situações em que um critério relativo de determinação da competência é tornado absoluto.....	421
3.5	Existência de convenção de arbitragem ou a reconhecimento, pelo juízo arbitral, da sua própria competência.....	422
3.6	Existência de interesse jurídico de sujeito cuja presença no processo determina a competência de outro órgão julgador	423
3.6.1	Remessa dos autos sem decisão a respeito da existência de interesse jurídico.....	425
3.6.2	Remessa dos autos com decisão a respeito da existência de interesse jurídico.....	426
3.6.3	Enunciado n. 254 da súmula do STJ e suscitação de conflito pelo juízo em que o processo se encontrava originalmente	428
3.7	Conexão e a continência	428
3.7.1	Efeitos	430
3.7.1.1	Reunião de processos.....	430
3.7.1.2	Suspensão da prática dos atos do procedimento	432
3.7.1.3	Ineficácia do reconhecimento da incompetência relativa parcial.....	433
3.7.1.4	Extinção do processo	434
3.7.2	Conexão por mera afinidade de questões e inexistência de risco de decisões contraditórias.....	435
3.8	Incorreção do valor atribuído à causa	436
3.9	Ilegitimidade para a causa	438
4.	Momento adequado para resolução da questão	439
4.1	Incompetência absoluta	441
4.2	Cláusula de eleição de foro abusiva	441
4.3	Incompetência relativa	442
4.4	Simultaneidade com questão relativa a tutela provisória de urgência.....	444
4.4.1	Urgência que admite a prática dos atos necessários à preservação da regularidade do procedimento que antecede o momento em que a decisão sobre competência será proferida	445
4.4.2	Urgência que não admite a prática dos atos necessários à preservação da regularidade do procedimento que antecede o momento em que a decisão sobre competência será proferida	445
4.4.3	Urgência que não admite sequer que se aguarde pela remessa dos autos para o juízo competente	446
5.	Efeitos principais do reconhecimento da incompetência.....	450
5.1	Remessa dos autos para o juízo competente.....	450

MANUAL DA SENTENÇA CÍVEL

5.2	Extinção do processo sem a resolução do mérito.....	451
5.3	Impossibilidade de exame de uma parcela do processo.....	451
5.4	Divisão da competência funcional.....	451
5.5	Impossibilidade de o reconhecimento da incompetência produzir efeitos.....	452
6.	Possibilidade de a incompetência atingir apenas parcela do processo.....	452
6.1	Incompetência absoluta parcial.....	453
6.1.1	Sem risco de proferimento de decisões contraditórias.....	453
6.1.1.1	Dois exemplos práticos.....	454
6.1.1.2	Afinidade de questões e inexistência de risco de decisões contraditórias.....	455
6.1.2	Com risco de proferimento de decisões contraditórias.....	456
6.1.2.1	Redução da possibilidade de decisões contraditórias.....	457
6.1.2.2	Dois exemplos práticos.....	458
6.2	Incompetência relativa parcial.....	461
6.2.1	Sem alegação pela parte ré ou pelo Ministério Público.....	462
6.2.2	Com alegação pela parte ré ou pelo Ministério Público.....	462
6.2.2.1	Com risco de proferimento de decisões contraditórias.....	462
6.2.2.2	Sem risco de proferimento de decisões contraditórias.....	462

CAPÍTULO XIX

Elaboração da fundamentação: questões relativas à gratuidade da justiça para a parte autora.....		465
1.	Relação de subordinação com outras questões.....	466
1.1	Exigência genérica para exercício do direito de ação.....	466
1.2	Exigências específicas para exercício do direito de ação.....	466
1.3	Amplitude dos benefícios da gratuidade da justiça.....	467
1.4	Flexibilidade dos benefícios da gratuidade da justiça.....	468
2.	Possibilidade de a existência da questão ser percebida no momento de prestar a tutela definitiva.....	468
3.	Efeitos da decisão a respeito dos benefícios da gratuidade da justiça.....	470
3.1	Efeitos do deferimento.....	470
3.2	Efeitos do indeferimento.....	475
3.2.1	Indeferimento seguido de cumprimento da obrigação pela parte ...	479
3.2.2	Indeferimento seguido de interposição de recurso contra a decisão denegatória.....	479
3.2.3	Indeferimento seguido de descumprimento da obrigação pela parte, sem interposição de recurso.....	480
4.	Relação com questão referente a tutela provisória de urgência.....	481
4.1	Situação tendente ao indeferimento dos benefícios da gratuidade e urgência que admite concessão de prazo para cumprimento de diligências.....	481
4.2	Situação tendente ao indeferimento dos benefícios da gratuidade e urgência que não admite concessão de prazo para cumprimento de diligências.....	482
5.	Possibilidade de a gratuidade da justiça para a parte autora atingir apenas parcela do processo.....	484

CAPÍTULO XX

Elaboração da fundamentação: questões relativas a custas processuais e a despesas decorrentes do ato de propositura da demanda.....	487
1. Relação de subordinação com outras questões.....	488
2. Possibilidade de a existência da questão ser percebida no momento de prestar a tutela definitiva.....	489
3. Efeitos do descumprimento da obrigação.....	490
3.1 Cancelamento da distribuição.....	492
3.1.1 Determinação por meio de decisão interlocutória.....	493
3.1.2 Determinação por meio de sentença.....	495
3.2 Extinção do processo sem resolução do mérito.....	496
3.2.1 Fundamentação legal.....	496
3.2.2 Circunstâncias que conduzem a que a questão somente seja resolvida em fase mais avançada do processo.....	497
4. Verificação quanto a se a questão está apta a ser resolvida.....	498
4.1 Superveniente cumprimento da obrigação de adiantar os valores.....	499
4.2 Permanência do quadro de descumprimento da obrigação de adiantar os valores.....	499
4.3 Superveniente requerimento dos benefícios da gratuidade da justiça.....	500
4.3.1 Deferimento imediato dos benefícios da gratuidade da justiça.....	500
4.3.2 Situação tendente ao indeferimento dos benefícios da gratuidade da justiça.....	500
4.3.2.1 Posterior deferimento dos benefícios da gratuidade da justiça.....	501
4.3.2.2 Indeferimento dos benefícios da gratuidade da justiça.....	501
5. Relação com questão referente a tutela provisória de urgência.....	502
5.1 Urgência que admite concessão de prazo para cumprimento de diligências.....	503
5.2 Urgência que não admite concessão de prazo para cumprimento de diligências.....	504
5.3 Deferimento da tutela provisória de urgência e superveniente extinção do processo sem resolução do mérito, por descumprimento da obrigação de adiantar os valores.....	505
6. Possibilidade de os efeitos do descumprimento da obrigação atingirem apenas uma parcela do processo.....	506

CAPÍTULO XXI

Elaboração da fundamentação: questões relativas ao cumprimento de exigência específica para que o direito de ação possa ser exercitado.....	509
1. Relação de subordinação com outras questões.....	510
2. Possibilidade de a existência da questão ser percebida no de prestar a tutela definitiva.....	510
3. Efeitos do descumprimento da exigência.....	512
4. Verificação quanto a se a questão está apta a ser resolvida.....	513
4.1 Superveniente atendimento da exigência específica.....	514

MANUAL DA SENTENÇA CÍVEL

4.2	Permanência do quadro de descumprimento da exigência específica.....	514
4.3	Superveniente requerimento dos benefícios da gratuidade da justiça.....	515
4.3.1	Deferimento imediato dos benefícios da gratuidade da justiça.....	515
4.3.2	Situação tendente ao indeferimento dos benefícios da gratuidade da justiça	515
4.3.2.1	Posterior deferimento dos benefícios da gratuidade da justiça	516
4.3.2.2	Indeferimento dos benefícios da gratuidade da justiça.....	516
5.	Relação com questão referente a tutela provisória de urgência	517
5.1	Urgência que admite concessão de prazo para cumprimento da exigência específica	518
5.2	Urgência que não admite concessão de prazo para cumprimento da exigência específica	518
5.3	Deferimento da tutela provisória de urgência e superveniente extinção do processo sem resolução do mérito, por descumprimento da exigência específica	520
6.	Possibilidade de os efeitos do descumprimento da exigência atingirem apenas uma parcela do processo.....	520

CAPÍTULO XXII

	Elaboração da fundamentação: outras questões com aptidão para impedir o imediato proferimento da sentença	523
1.	Contexto fático	523
2.	Relação de subordinação com outras questões.....	524
3.	Requerimento de diligências de natureza probatória.....	524
4.	Requerimento de adoção de providências para ingresso de terceiros no processo.....	525

CAPÍTULO XXIII

	Elaboração da fundamentação: demais questões formais e questões relativas ao mérito da causa.....	527
1.	Considerações iniciais.....	527
2.	Utilização da sequência lógica para resolução das questões	527
2.1	Questões formais com aptidão para impedir que a prestação da tutela definitiva se dê em determinado momento.....	528
2.2	Questões atinentes a coisa julgada, a litispendência e a preempção	529
2.3	Questões formais referentes a integrante do polo ativo da demanda	530
2.4	Questões formais relativas a integrante do polo passivo da demanda.....	531
2.5	Questões formais relativas aos elementos objetivos da demanda.....	532
2.6	Questões relativas a interesse de agir.....	532
2.7	Outras questões de natureza formal	532
2.8	Questões relativas ao mérito: análise da questão principal e distribuição dos ônus da sucumbência	533

CAPÍTULO XXIV

Elaboração do dispositivo.....	539
1. Função	539
2. Indispensabilidade	539
3. Relação com o relatório e com a fundamentação.....	540
4. Aspectos redacionais específicos.....	540
5. Conteúdo.....	541
Referências bibliográficas.....	551